

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal sobe 17% e atinge recorde de R\$ 1,8 trilhão em 2021.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil cresce só 0,3% em 2022, diz FMI.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores farão ato dia 2.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

País piora em ranking de corrupção.....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

OCDE exige redução no desmate para aceitar Brasil.....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Quase R\$ 150 bi nas mãos de três partidos.....14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Um país tolerante com os privilégios (Editorial).....15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Majoria dos líderes do PL nos Estados está envolvida em processos judiciais.....16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Um Brasil cada vez mais pobre (Editorial).....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento aviltado (Editorial).....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

OCDE aceita discutir adesão do Brasil.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal é a maior desde 1995.....22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Três partidos do centrão controlam R\$ 150 bilhões.....24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores pedem veto ao corte de R\$ 1 bi no INSS.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Corte é abandono de política educacional, dizem especialistas.....27

Quarta-Feira, 26 de Janeiro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento tem a cara antissocial do governo (Editorial) 28

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: Com reajuste de aposentadorias, contribuição de quem está na ativa muda. Veja quanto
será seu desconto 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

'Teto de gastos não funcionou como âncora fiscal' 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Expectativas tributárias em ano de eleição presidencial (Artigo) 32

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário de Guedes reconhece desafios ambiental e tributário para entrar na OCDE
..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro confirma PEC dos Combustíveis 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em 2022 alta de receita não deve se repetir, dizem economistas 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Vamos ter quatro modelos 100% elétricos no Brasil' 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

FMI reduz projeção do PIB do Brasil de 1,5% a 0,3% 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB paulista tem alta de 5,9% no ano, aponta Seade 40

Arrecadação federal sobe 17% e atinge recorde de R\$ 1,8 trilhão em 2021

Fábio Pupo

Receita Federal encerrou-2021 com uma arrecadação recorde de R\$ 1,8 trilhão, aumento real de 17,3% em relação a 2020 - ano mais afetado pela pandemia.

Segundo o fisco, a melhora em relação ao ano anterior foi observada principalmente devido à recuperação de indicadores macroeconômicos -como a produção industrial e a venda de bens e serviços.

Julio Cesar Vieira Gomes, secretário especial da **Receita Federal**, afirmou que dados preliminares apontam para uma aceleração da recuperação econômica neste ano -apesar de instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional) projetarem um cenário contrário. "Vemos já uma tendência, pelos dados de janeiro, de que essa retomada do crescimento econômico será crescente durante 2022." Ele destacou que a evolução dos indicadores em 2021 pode ser comprovada por dados como a maior arrecadação sobre o desempenho de empresas por meio de LRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Juntos, eles renderam R\$ 393,1 bilhões em 2021 - aumento real de 31,1% em relação ao ano anterior (em números absolutos, uma elevação de R\$ 93,2 bilhões). Em relatório, a Receita ressalta que R\$ 40 bilhões desse avanço decorreram de efeitos atípicos (em geral, movimentações societárias entre empresas).

Entre os **tributos** que mais impulsionaram a arrecadação, também estão PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) e Receita Previdenciária.

Além disso, afirmou o secretário, há uma indicação de melhora de renda das famílias devido ao aumento da arrecadação com o IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), com crescimento de 25% em 2021 (para R\$ 58,9 bilhões).

Os dados do relatório da Receita, no entanto, apontam que essa arrecadação avançou por outros fatores - como a maior venda de bens pela população.

Gomes diz que programas de conformidade

elaborados pela Receita para empresas agirem de acordo com as regras também ajudaram no desempenho do ano. Segundo ele, também houve um efeito de "solidariedade", com contribuintes mais conscientes sobre pagarem seus **impostos** em dia durante a pandemia.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, ressaltou que os dados preliminares observados em janeiro são referentes principalmente a fatos ocorridos em dezembro e que o desempenho da arrecadação em 2022 deve seguir a economia.

Malaquias reconheceu que os dados apresentados ainda estão sob efeitos da crise da Covid-19 -mas disse que os números estão melhorando. "No ano de 2021, sofremos ainda com a pandemia, mas parte da atividade começa a se recuperar", afirmou.

Parte da melhora observada no ano também foi influenciada por efeitos extraordinários, como a volta da arrecadação com o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) -que deixou de ter alíquota zero no começo de 2021 e ainda foi elevado no fim do ano. A receita com o item praticamente dobrou em relação a 2020, para R\$ 50,8 bilhões.

O real desvalorizado ante o dólar também impulsiona o valor das importações (medido na moeda estrangeira), o que turbinou as receitas de **impostos** aplicados a produtos que vêm de fora.

Também colaborou o aumento expressivo nas receitas administradas por outros órgãos, rubrica que engloba os royalties do país com petróleo e é influenciada pelo câmbio, pelo preço do barril e pela produção nacional. A arrecadação com esse item teve crescimento real de 50,9% no ano, para R\$ 86,7 bilhões.

Por outro lado, fatores não recorrentes tiraram recursos dos cofres públicos. É o caso das compensações tributárias, quando as empresas abatem dívidas tributárias usando créditos a que têm direito perante o fisco -principalmente devido a decisões judiciais.

O principal exemplo dessas decisões foi a do STF (Supremo Tribunal Federal) de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Essa e outras decisões

renderam R\$ 216,3 bilhões em compensações tributárias aos contribuintes em 2021-crescimento real de 14,4% ante 2020.

Os números da arrecadação de 2021 colaboram para o discurso da equipe econômica de melhora nas contas públicas e estimulam iniciativas do governo que reduzem a arrecadação, como as alterações no Imposto de Renda apresentadas no ano passado. Mas analistas dizem que a melhora observada é influenciada por efeitos não permanentes -como a **inflação**.

Embora o resultado apresentado pela Receita seja atualizado pelo IPCA, boa parte dos números "escapa" desse ajuste. A **inflação** de 2021 ficou em 10,06%, mas os preços da gasolina, por exemplo, subiram 47,49%.

Outro ponto levantado por economistas é a mudança de comportamento do consumidor durante a pandemia, mais voltado a produtos (mais tributados) do que serviços, por causa do distanciamento social.

Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), diz que o resultado de 2021 é muito expressivo, mas foi marcado por uma melhora frágil da economia.

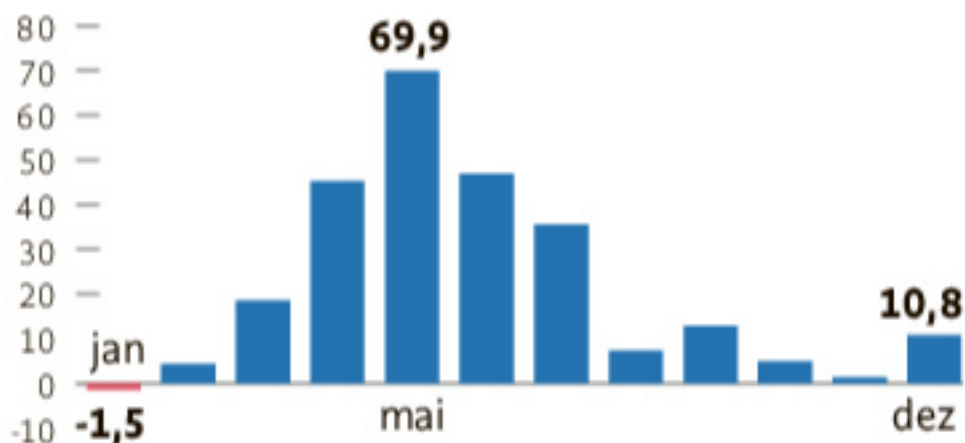
"Mesmo no ano em que a gente teve uma certa melhora da atividade, houve uma recuperação ainda muito volátil, incerta e pouco sustentada, e a gente consegue visualizar até taxas negativas de crescimento para produção industrial e venda de bens."

Site:

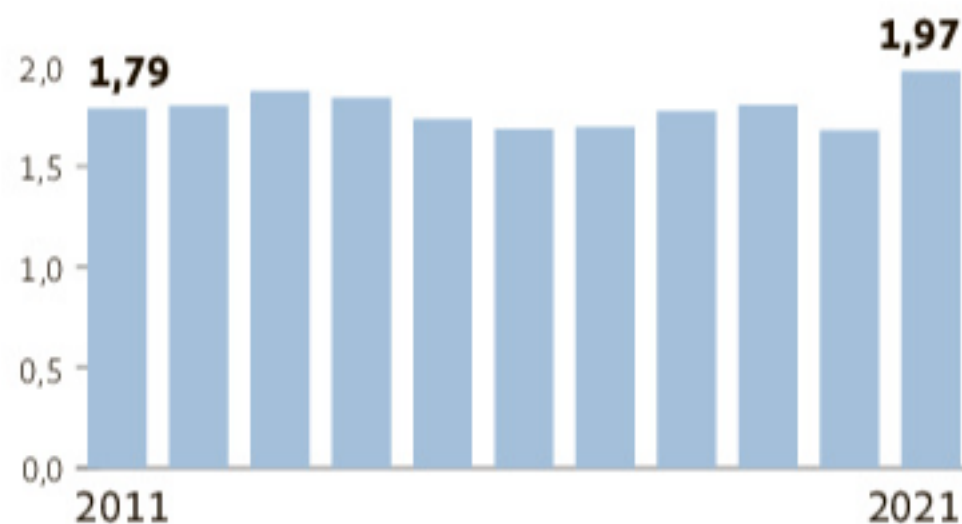
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49802&anchor=6449039&pd=cf48c3c30b79af1db4500c3c5c19bebc>

Variação mensal real da arrecadação em 2021

Contra igual mês do ano anterior, em %



Arrecadação anual
Em R\$ tri*



*Dados ajustados pela inflação
Fonte: Receita Federal

Brasil cresce só 0,3% em 2022, diz FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu de 1,5% para apenas 0,3% a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil, em 2022. Também foi alterada a projeção de 2021 - de 5,2% foi para 4,7%. Os dados constam de relatório divulgado, ontem, pelo fundo com novas projeções para a economia mundial. Entre 26 países com economia avançada e emergente, o Brasil será o de menor expansão.

Diferentemente das previsões do ministro da economia, Paulo Guedes, as dificuldades da economia brasileira continuarão até 2023. A previsão do FMI é de que, no ano que vem, a expansão será de 1,6%. O ministro tem dirigido críticas ao fundo, cujas previsões não se alinham com as estimativas estabelecidas pelo governo.

O motivo principal para a piora das projeções é a alta da **inflação** - que, em 2021, chegou a 10,06%, a maior desde 2015. A expansão inflacionária tem levado o Banco Central a aumentar os juros, o que tende a limitar a atividade econômica. A taxa básica de juros, a Selic, saiu de 2% ao ano, em janeiro, para 9,75%, em dezembro. "A projeção (para a economia) se enfraqueceu no Brasil, onde a luta contra a **inflação** acarretou uma forte resposta da política monetária, o que vai pesar sobre a demanda doméstica", avalia o relatório do FMI.

A previsão de queda na atividade não é exclusiva para o Brasil, pois, segundo o fundo, haverá uma desaceleração mundial em função dos efeitos na economia da variante ômicron do novo coronavírus. Outra dificuldade são os elevados preços na energia e de alimentos, assim como nas cadeias internacionais de produção.

"Muitos governos estão aumentando juros, aqui no Brasil teve uma alta bem forte no ano passado e ainda temos a expectativa de muitos aumentos até o meio do ano. Vai depender de como a **inflação** vai se comportar", comentou Virginia Prestes, sócia do escritório de investimentos The Hill Capital.

De acordo com a especialista, isso significa um estímulo monetário inverso "Se tira dinheiro da economia real e estimula as pessoas a guardarem, a emprestar para o governo, para o banco e a indústria produtiva o acesso ao crédito fica muito caro. Isso freia o investimento", explicou.

Entre especialistas do mercado, a expectativa é de

crescimento do **PIB** de 0,29% para o ano. Segundo eles, se fatos, como os que ocorreram no ano passado, não se repetirem, pode haver um alívio na **inflação**.

Outro ponto de sobressalto seria o país passar por algum evento como o da crise hídrica de 2021. Isso porque a energia elétrica, assim como os combustíveis, são importantes vetores para cadeia produtiva do país. (TA)

Servidores farão ato dia 2

O Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasef) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) organizam um ato para 2 de fevereiro, na Praça dos Três Poderes, no qual vão cobrar do governo, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) respostas sobre as reivindicações de aumento salarial.

Representantes das entidades entregarão um ofício em que pedem, além do reajuste salarial de 19,99%, o arquivamento da proposta de reforma administrativa e a revogação do teto de gastos.

"Estranhamos o fato de não ter sido aberta uma mesa de negociação entre o governo e os sindicatos representantes dos servidores. Para registrar nossa disposição de iniciarmos um processo de negociação com o governo, estamos solicitando uma audiência com a Casa Civil", diz o documento.

Uma plenária nacional ocorrerá amanhã para unificar os procedimentos das entidades. Caso as negociações não avancem, uma greve geral pode ser iniciada em 9 de março.

"Estamos formalizando os processos para depois, no caso de greve, ninguém falar que o movimento é ilegal. A gente quer dialogar, mas, do outro lado, não tem sinal de fumaça", disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

País piora em ranking de corrupção

Tainá Andrade

O Brasil caiu duas posições no ranking mundial de percepção da corrupção. Saiu do 94º lugar, em 2020, para o 96º entre as 180 nações analisadas. Quanto melhor a colocação, menos o país é considerado corrupto. O relatório foi divulgado, ontem, pela Transparência Internacional, com base no Índice de Percepção da Corrupção (IPC). A média global foi de 43 pontos, porém o Brasil obteve 38, a mesma pontuação do ano anterior e o terceiro pior resultado nos últimos 10 anos.

Com o IPC 2021, a organização publicou o relatório Retrospectiva Brasil 2021, com análise dos acontecimentos que impactaram o sistema anticorrupção nacional no ano passado. Segundo a Transparência Internacional "retrocessos no arcabouço legal e institucional anticorrupção" tornaram "ainda mais preocupante" a situação do país.

A organização destacou "investidas antidemocráticas" do presidente Jair Bolsonaro e apontou "graves interferências" em instituições, como a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR). Além disso, foi ressaltada a "gravidade" do suposto orçamento secreto, esquema de compra de apoio político do governo Jair Bolsonaro.

A entidade também alertou que, apesar de a CPI da Covid ter documentado "extensamente" indícios de corrupção ligados à pandemia, há "grande risco" de que não ocorra a devida responsabilização, em razão da "impunidade sistêmica de réus de colarinho-branco no Brasil, agravada pelo processo de captura do Estado pelo atual governo". O documento citou, ainda, a anulação de sentenças no Judiciário, "provocando insegurança jurídica e percepção de impunidade em casos de grande corrupção com graves consequências sobre os direitos humanos".

"O Brasil está passando por uma rápida deterioração do ambiente democrático e desmanche sem precedentes de sua capacidade de enfrentamento da corrupção. São marcos legais e institucionais que o país levou décadas para construir", afirmou Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil. "Isso traz consequências ainda mais graves, por ocorrer em meio à pandemia da covid-19, quando a transparência e o controle dos recursos públicos deveriam ser priorizados para garantir seu bom uso frente à tragédia humanitária." Eleições Brandão também alertou para os riscos à

lisura das eleições gerais deste ano. "A perspectiva é muito negativa, porque entramos em um processo de regressão da governança democrática no país. Isso é de difícil reversão, e o cenário eleitoral traz riscos mais acentuados", frisou. "O governo atual parece dar indicação de se utilizar das estruturas do Estado de maneira a favorecê-lo na disputa eleitoral, de modo que prejudique e persiga adversários. Isso entra em um patamar perigoso." De acordo com ele, "o impacto desse estado de coisas e da corrupção que retoma espaços no cenário nacional é na população local, que é mais dependente do serviço público, das estruturas do Estado".

Outra perspectiva prejudicada é a economia na inserção internacional. "O índice da corrupção é um dos principais indicadores para o mercado. Isso significa para investidores falta de credibilidade: por exemplo, créditos não vão ser liberados se não forem pagas propinas. Existem ameaças judiciais, isso gera uma série de riscos comerciais, afeta fluxos de capital para o país, ou seja, de desenvolvimento." (Com Agência Estado).

Melhores e piores

Fundada em 1961, a OCDE é um fórum de países para a discussão de políticas públicas, com o objetivo de estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Os 38 membros atuais da organização se comprometem com práticas e valores como a democracia, a economia de mercado, o estado de direito, a promoção dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, entre outros. A maioria dos países tem Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) elevado. Por isso, a entidade é também conhecida como o "clube dos ricos". Eles respondem por mais de 60% do PIB e por 80% do comércio e investimentos mundiais. Diferentemente do FMI e da OMC, a OCDE não empresta dinheiro nem arbitra disputas comerciais. Integrar a organização, porém, significa receber um "selo de qualidade" que favorece o ambiente de negócios.

Impacto nos direitos humanos

Na edição 2021 do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), a Transparência Internacional destacou a ligação entre a corrupção e abusos de direitos humanos. "À medida que direitos e liberdades civis vão erodindo, a democracia entra em declínio e dá lugar ao autoritarismo - que possibilita níveis ainda maiores de corrupção".

Segundo a organização, dos 23 países cujo desempenho no Índice de Percepção da Corrupção "diminuiu significativamente" na última década, 19 também reduziram seus índices de preservação de liberdades civis.

"A incapacidade de produzir avanços no combate à corrupção coloca em risco a garantia dos direitos humanos no Brasil. A corrupção é indutora de violações e ativa um ciclo vicioso no qual os direitos e liberdades são erodidos, a democracia perde fôlego, e o autoritarismo ganha espaço", enfatizou Nicole Verillo, gerente de Apoio e Incidência Anticorrupção da organização. "Portanto, a luta contra a corrupção não é um mero detalhe quando se fala em direitos humanos. É uma luta imperativa para garantir direitos." Segundo a entidade, 98% dos assassinatos de defensores de direitos humanos registrados em 2020 ocorreram em países com alta percepção de corrupção. O Brasil registrou 17 dessas mortes.

Contextualizando os dados, a Transparência Internacional apontou a "deterioração do espaço cívico" no Brasil, citando como exemplos a montagem de dossiês contra opositores do governo, investigações baseadas na Lei de Segurança Nacional contra jornalistas e ataques coordenados de milícias digitais incitadas pelo presidente Jair Bolsonaro, fora episódios de violência física contra a imprensa.

Moro: Bolsonaro tirou Coaf da Justiça por "medo"

Pré-candidato à Presidência, Sergio Moro (Podemos) disse que o presidente Jair Bolsonaro (PL) transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça por "medo" de que investigações que envolvem a sua família chegassem até ele. "O Coaf foi para o Ministério da Economia. Depois, teve uma decisão do Supremo (Tribunal Federal), que beneficiou o filho do presidente, parou uma investigação", disse o ex-juiz ao Flow Podcast, na segunda-feira. Ele se referiu ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), denunciado pela Procuradoria do Rio pela prática de rachadinha

Pesquisas

Elaborado desde 1995, o IPC é composto por 13 pesquisas e avaliações de especialistas, produzidas por instituições reconhecidas internacionalmente. No caso do Brasil, o resultado teve como fonte oito dessas pesquisas.

OCDE exige redução no desmate para aceitar Brasil



Patrícia Campos Mello e Ricardo Delia Coletta

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) incluiu nos documentos que formalizam o início das negociações para o ingresso do Brasil na entidade obrigações de redução de desmatamento e medidas de mitigação de mudanças climáticas previstas no acordo de Paris.

Nesta terça (25), os membros do conselho da entidade aprovaram que o Brasil inicie formalmente as negociações para ingresso, solicitado formalmente pelo país em 2017.

Na carta-convite aos países e no **comunicado**, obtidos pela Folha, os membros do conselho da OCDE enfatizam que deve ser considerado o comprometimento dos países com metas de redução de desmatamento e perda de biodiversidade na avaliação para autorizar a entrada na entidade.

A aprovação do convite ao Brasil foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela Folha.

Além do Brasil, foram convidados para iniciar o processo de acesso Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia, que também são destinatários dos documentos.

Segundo Daniel Wilkinson, diretor da área de Meio Ambiente e Direitos Humanos da Human Rights Watch, trata-se de uma mensagem clara ao Brasil.

"Eles passam um recado ao Brasil: estamos prontos para iniciar o processo, mas desde que vocês se comprometam com ações concretas", diz Wilkinson. "É fato conhecido que o desmatamento no Brasil está no

maior nível, e os conselheiros deixam claro que o meio ambiente será fator determinante para autorizar a entrada do Brasil na OCDE." A Human Rights Watch tem enviado cartas aos conselheiros da OCDE com questionamentos sobre a política ambiental de Jair Bolsonaro (PL).

Na resolução, os membros do conselho pedem que, na avaliação de cada candidato, sejam observados, em particular, fatores como o comprometimento de organizar uma "agenda de reformas estruturais" como base para "crescimento forte, sustentável, verde e inclusivo" e de "assegurar uma efetiva proteção do meio ambiente e da biodiversidade, e ações ligadas a mudanças climáticas para atingir os objetivos do acordo do clima de Paris".

Também enfatizam a necessidade de comércio e investimento livres, medidas para reduzir desigualdade e fortalecimento de governança e ações anticorrupção.

Em **comunicado**, a OCDE informou que detalhes sobre o processo de adesão de cada um dos países serão preparados assim que os candidatos confirmem seu endosso a alguns valores da organização.

Entre eles, estão "preservação da liberdade individual; valores da democracia; proteção de direitos humanos, além de economias de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes".

"[Esses valores] também se referem a compromissos dos membros da OCDE na promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo, além do objetivo de combater as mudanças climáticas, inclusive impedindo e revertendo a perda de biodiversidade e o desmatamento." Na carta-convite, os membros do conselho da entidade ressaltam a necessidade de políticas alinhadas com os objetivos do Acordo de Paris e de atingir emissão líquida zero de gases do efeito estufa até 2050, por meio de profundas reduções nas emissões viabilizadas por investimentos públicos e privados.

O documento também fala sobre a "importância de cada país adotar e implementar integralmente políticas alinhadas a seus objetivos climáticos, incluindo as metas de redução de desmatamento e perda de biodiversidade acordadas durante a COP 26, em Glasgow".

O ingresso no "clube dos países ricos" é uma das prioridades da política externa do governo Bolsonaro. Entrar na OCDE funciona como um selo de qualidade para investidores, pois os países-membros se comprometem com o cumprimento de boas práticas para o funcionamento de seus governos e economias.

Uma das sinalizações já dadas pelo país é a promessa de zerar o IOF até 2029 em operações envolvendo compra e venda de moeda estrangeira (leia texto nesta página).

O compromisso foi firmado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), em carta enviada na semana passada aos membros do conselho da entidade.

Após o convite formal, inicia-se um processo negociador que deve durar ao menos dois anos. A média para a conclusão do processo dos últimos membros foi de quatro anos.

Para ter sucesso, o Brasil vai precisar aderir a uma série de instrumentos normativos da entidade, além de ter a sua candidatura analisada em diversos comitês.

Mesmo antes da formalização do processo negociador, o Brasil já vinha adotando essas normas, justamente para sinalizar seu interesse em fazer parte do grupo.

Até o momento, o Brasil aderiu a 103 dos 251 instrumentos.

Havia resistência de membros da OCDE em relação à entrada do Brasil, principalmente por causa da política ambiental de Bolsonaro. As maiores objeções eram colocadas pela França.

Mas, segundo interlocutores, muitos dos receios levantados pelos franceses e por outros membros serão discutidos durante o processo negociador.

Ainda de acordo com interlocutores, o que verdadeiramente destravou o convite foi um entendimento alcançado entre os EUA e sócios europeus da OCDE.

Americanos e europeus discordavam sobre o ritmo de ampliação da organização. Enquanto Washington defendia que houvesse apenas um processo de adesão por vez, os países da Europa queriam que o ingresso de um país latino-americano fosse acompanhado da análise de uma candidatura europeia.

Agora, todos os seis candidatos receberam cartas-convites para iniciar seu processo de adesão. A

confirmação da entrada depende de um consenso dos 38 países que integram o grupo.

Secretário de Guedes reconhece desafios para entrar no órgão

Os desafios ambientais e tributários serão os temas mais complexos a serem encaminhados pelo Brasil em seu processo de adesão à OCDE, afirma o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, em entrevista à Folha.

Para ele, a decisão da entidade de iniciar formalmente as negociações com o Brasil é um momento histórico, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

O governo brasileiro entra agora na fase de mapear o que falta ser feito para atender aos 148 dos 251 instrumentos de boas práticas da OCDE que ainda não foram completamente atingidos. A partir desse levantamento, o país traça uma estratégia de ação.

"Sempre a parte tributária e financeira é mais complexa. Nosso sistema tributário é complexo, por isso a gente precisa fazer uma **reforma tributária**. Esse é o mais complexo do ponto de vista de trabalho." A **reforma tributária** é tratada como pauta prioritária pela equipe econômica, que já encaminhou ao Congresso propostas para simplificar dois dos principais **tributos** sobre consumo (PIS/Cofins) e para rever o Imposto de Renda.

A reforma do IR, que previa a retomada da taxa de dividendos (prática adotada em praticamente todos os países membros da OCDE), chegou a ser aprovada na Câmara, mas travou no Senado.

Já o projeto sobre PIS/Cofins esbarrou na falta de consenso em tomo do texto. O Senado ainda mantém discussões em tomo de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que unifica os **tributos** sobre consumo, inclusive estaduais e municipais.

O secretário admite que o ano eleitoral é um obstáculo à discussão dessa agenda. Por outro lado, ele espera que a sinalização da entidade sirva de incentivo ao Legislativo para retomar a pauta.

Outro tema complexo, segundo o secretário, é o ambiental. O Brasil tem sido criticado pela comunidade internacional pelo aumento no desmatamento e nas queimadas em biomas como a Amazônia.

"O que a gente tem sofrido mais críticas são questões de desmatamento. Temos muitas florestas, e esses indicadores de desmatamento ilegal precisam ser reduzidos. E é nisso que a gente tem trabalhado dentro de cada área", afirma Guaranys, acrescentando

que o órgão mais indicado para tratar de políticas sobre o tema é o Ministério do Meio Ambiente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49802&anchor=6449039&pd=cf48c3c30b79af1db4500c3c5c19bebc>

Por dentro da OCDE



O que é

Fundada em 1961 e apelidada de clube dos países ricos, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma organização internacional que visa coordenar políticas econômicas entre seus membros

Países-membros



Quase R\$ 150 bi nas mãos de três partidos

INGRID SOARES / TAÍSA MEDEIROS

Grupo conhecido por não ter amarras ideológicas e transitar entre diferentes núcleos políticos, o Centrão foi o maior beneficiado no Orçamento deste ano, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Os partidos PP, PL e Republicanos controlarão mais de R\$ 149,6 bilhões. O montante é maior do que o orçamento estimado para os ministérios da Defesa (R\$ 116,3 bilhões) e da Educação (R\$ 137 bilhões). É a primeira vez que um volume tão grande de recursos fica nas mãos de apenas três legendas.

Economista e integrante do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF), Guidborgongne Nunes definiu como "irracional, desintegrada e desorganizada" a delegação das verbas às siglas. "Prevaleceram lógicas particulares diante do interesse público. Cortaram recursos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e da educação para garantir emendas particulares. Um Orçamento federal, nesse contexto, não está vinculado a políticas de desenvolvimento", reprovou. Ele ainda criticou a falta de rigor da peça. "É uma irracionalidade se orçar R\$ 140 bilhões com base em emendas parlamentares." O professor de ciências políticas do Ibmec Brasília Rodolfo Tamanaha destacou que Bolsonaro se rendeu ao Centrão, mas não tem a segurança de contar com o grupo político caso corra o risco de perder as eleições. "O Centrão é reconhecido como um conjunto de partidos que não é muito fiel. Exatamente porque não existe uma adesão ideológica, o ponto de vista deles é muito mais pragmático", disse. Por isso, Tamanaha acredita que, caso chegue o período eleitoral e Bolsonaro esteja mal nas pesquisas, é provável que haja dispersão.

Para Melillo Dinis, analista político do portal Inteligência Política, "o Centrão cresce por conta do fracasso do governo em estabelecer qualquer tipo de governança". "A fatura do controle da pauta do impeachment está sendo cobrada em parcelas", afirmou, em relação à série de pedidos de impedimento contra Bolsonaro protocolados na Câmara.

Fragilidade O cientista político e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Ricardo Ismael também mencionou os pedidos de impeachment contra o chefe do Executivo. "O bloco percebeu a fragilidade do presidente e tem colocado as cartas na mesa, exigindo cada vez mais recursos fundamentais nesse processo de reeleição de

deputados federais, senadores. O Orçamento reflete esse poder, que é consequência dessa procura por blindagem no Congresso." Ele também avaliou que, a se manter essa queda de popularidade do presidente, o grupo político o abandonará. "O Centrão não tem vocação para pular no abismo. O presidente pode ser ainda competitivo no segundo turno, mas, lá chegando, tem poucas chances, se forem mantidas as condições atuais", disse. "O Centrão vai seguir sua tradição: vai sugar o máximo possível de recursos do governo e, mais para a frente, decidirá qual candidatura é mais competitiva no primeiro turno."

Um país tolerante com os privilégios (Editorial)

Para o brasileiro comum, que em média obteve R\$ 2.449 de renda real de todos os trabalhos no terceiro trimestre de 2021, deve causar indignação a notícia de que em empresas estatais controladas pela União a média de salários chega a R\$ 34,1 mil. Trata-se, como mostrou o Estado, da média do que recebem os contratados da estatal PPSA, que administra a parte da União no petróleo do pré-sal. Em outras estatais, a média passa de R\$ 20 mil.

Como se trata de média, há, obviamente, muitos que ganham acima ou abaixo dela. Há, para exemplificar, o caso de um empregado da Petrobras que recebe, regularmente, R\$ 145,1 mil por mês. Se o brasileiro comum for advertido de que, na última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento real médio foi 11,1% menor do que o de um ano antes, quando a pandemia assolava duramente o País, terá mais motivos para indignar-se.

Se a isso se somar o fato de que mesmo os que conseguem manter uma ocupação nos duros tempos por que passa o País estão sempre sujeitos a encorpar as já altas estatísticas de desemprego - risco com que não precisa se preocupar a maior parte dos que recebem altíssimos vencimentos no setor público -, ainda mais evidente ficará a disparidade da realidade do mercado de trabalho do brasileiro comum e a situação dos empregados das estatais.

Ganhar muito mais do que a média paga pelo setor privado para funções semelhantes não é a única vantagem dos funcionários das estatais. Boa parte deles tem benefícios praticamente inexistentes nas empresas particulares, como pagamento quase integral pela estatal dos planos de saúde e benefícios previdenciários excepcionais, igualmente cobertos pela empregadora.

Além da renda real em queda, o mercado de trabalho brasileiro continua marcado por altas taxas de desocupação, de subemprego e de desalento. A baixa atividade econômica, pressionada pelas incertezas quanto ao comportamento de um governo que vem prejudicando o País há três anos, associada à **inflação** alta, não indica nenhuma melhora para a vida de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros.

Este é mais um dos fossos que a apropriação por grupos privilegiados de vantagens do Estado brasileiro

cria na sociedade. Há uma elite sustentada por recursos públicos, que não está sujeita aos riscos que afetam todos os demais cidadãos, e o resto, os que a sustentam.

Há poucos dias, comentamos nesta página o caso da voracidade com que elites privilegiadas dentro do setor público justificam e defendem vantagens, como o recebimento, por um procurador regional, de R\$ 446 mil apenas no mês de dezembro. Também há outras categorias de **servidores públicos** que, como os empregados das estatais, recebem salários muito superiores à média auferida pelo brasileiro comum e até mesmo pela grande parte dos funcionários federais, mas nunca estão satisfeitas.

Sempre querem mais, e aproveitam qualquer pretexto - o mais recente é o anúncio, pelo presidente Jair Bolsonaro, de aumentos para policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários - para ameaçar o governo com paralisações e operações- padrão se não forem atendidas em suas reivindicações salariais.

O que espanta é a tolerância, talvez mais precisamente conivência, de autoridades executivas e legislativas com essa situação de notória assimetria entre o tratamento de privilegiados do setor público e a situação do brasileiro que, no mundo real acossado pela pandemia e pela crise econômica, luta para manter alguma forma de rendimento para sustentar a si e suas famílias.

Há anos se fala da necessidade de se combater os privilégios de que gozam boa parte dos funcionários públicos e os empregados das estatais. Esses privilégios geram uma espécie de Brasil de primeira classe, distinto do país dos demais cidadãos. Nada tem sido feito de eficaz contra essa situação. Trata-se de uma tolerância coletiva injustificável num país tão desigual e onde a pobreza voltou a crescer. Até quando seremos uma nação tão indulgente com privilégios?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maioria dos líderes do PL nos Estados está envolvida em processos judiciais



Valdemar Costa Neto na cerimônia de filiação de Jair Bolsonaro

FELIPE FRAZÃO VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA

Ao escolher o PL para concorrer à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro se alia, nos Estados, a dirigentes partidários que são réus em ações penais.

Os processos variam de desvio de verbas em obras de rodovias a sequestro e cárcere privado.

Entre os presidentes regionais de siglas que vão organizar o palanque de Bolsonaro Brasil afora há, ainda, um condenado por tortura e um deputado envolvido no mensalão, esquema operado pelo primeiro governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Levantamento do Estadão sobre o histórico judicial dos presidentes estaduais do PL mostra que ao menos 18 dos 27 dirigentes foram ou ainda são alvo de algum tipo de investigação.

Destes, quatro respondem a processos que se arrastam na Justiça e dois tentam reverter condenações.

Para se filiar à legenda, Bolsonaro não fez ponderações sobre ficha corrida dos responsáveis pela sua campanha.

Todos os presidentes do PL nos Estados estão nos cargos com o aval do ex-deputado Valdemar Costa

Neto. Dono do partido, ele foi condenado e preso no mensalão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, quando apoiava o governo do PT. Agora, está integrado ao grupo de Bolsonaro e vai influenciar a campanha à reeleição, com poder direto no futuro comitê.

O clã presidencial considera o mensalão apenas uma "cicatriz" na vida do dirigente partidário. O lançamento da pré-candidatura está previsto para o próximo sábado, dia 29.

Em São Paulo, onde Bolsonaro quer eleger o ministro Tarcísio Freitas, da Infraestrutura, o presidente do partido é José Tadeu Candelária, um homem de bastidor que há vários anos conta com a confiança de Costa Neto.

Segundo o doleiro Lúcio Funaro, delator do mensalão, era o homem indicado por Costa Neto para receber dinheiro vivo do esquema no escritório do partido na capital paulista, em 2003.

Procurado por meio do diretório, Candelária não deu retorno.

O caso de tortura envolve Flavio de Paula Canedo, presidente do PL em Goiás. Ele é marido da deputada federal Magda Mofatto, também do partido. Em 2020, Canedo foi considerado ficha-suja. O dirigente do PL tenta no Superior Tribunal de Justiça (STJ) reverter a condenação a cinco anos de prisão, no regime semiaberto, confirmada em segunda instância pelo Tribunal de Justiça de Goiás.

Está inelegível por oito anos.

Narra a denúncia que, em 2002, Canedo e dois comparsas torturaram e ameaçaram Frederico Daniel de Carvalho, para tentar uma confissão dele sobre o furto de uma espingarda.

Eles convidaram o homem para uma festa, onde o golpearam com uma paulada na cabeça.

Depois, tentaram afogá-lo enfiando a cabeça numa bacia com água; ataram pernas e braços com uma corda que passava pelo pescoço e, com um cordão fino, amarraram e puxaram a língua do rapaz.

Para desembargadores e ministros que analisaram o caso e rejeitaram recursos da defesa, ficou comprovado que o crime foi premeditado e que Canedo agiu para "atrair a vítima para o local dos fatos com o propósito específico de submetê-lo a sessões intermináveis de torturas".

Em sua defesa, ele diz que a principal prova é a palavra do torturado. Procurado por meio do diretório do PL e de advogados, Canedo não se manifestou.

"REBELDES".

Costa Neto tem promovido mudanças nos diretórios "rebeldes" do PL, que rejeitam suas diretrizes. Ao menos quatro foram trocados na última semana. Novo presidente do diretório do Pará, o senador Zequinha Marinho carrega a marca de um escândalo de rachadinhas. Ele responde na Justiça por ter cobrado, quando era deputado federal, uma "caixinha" para os cofres do PSC, seu antigo partido. Foi acusado pelo Ministério Público de concussão. Servidores comissionados do gabinete do parlamentar e da liderança do PSC eram obrigados a devolver 5% do salário mensalmente, sob pena de serem exonerados.

Em 2011, quando o caso foi revelado, o senador disse que a prática era corriqueira e que não havia ilegalidades.

Chefe do PL no Rio Grande do Norte, o deputado João Maia é alvo de uma denúncia de esquema de desvio de dinheiro de obras de rodovias federais por meio do Dnit. O deputado foi acusado, em 2018, de peculato, corrupção passiva, associação criminosa, crimes contra licitações e lavagem de dinheiro. "No entender da defesa, a acusação é falsa, lastrada em delação igualmente falsa", afirmou o advogado Leonardo Almeida.

O deputado Édio Lopes, presidente do partido em Roraima, responde a uma ação penal no STF por empregar funcionários fantasmas na época em que era deputado estadual, entre 2005 e 2006. "Ao final do processo foi demonstrado que as acusações são inconsistentes, situação que forçou o próprio Ministério Público a pedir a absolvição de parte relevante das imputações", disse o advogado Bruno Rodrigues.

"ZERADINHO".

Presidente do partido no Paraná, o deputado Fernando Giacobbo já respondeu, anos atrás, por formação de quadrilha em suposto esquema de sonegação de impostos e também por sequestro e cárcere privado.

Ambos os processos, abertos em 2000 e 2002, foram

extintos por prescrição, sem que o mérito fosse julgado. "O que eu tinha foi extinto ou por prescrição ou por julgamento.

Minha vida zerou e fui para a eleição "zeradinho da Silva", destacou o deputado.

Em Sergipe, o partido é controlado pelo empresário Edivan Amorim. Ele responde a um inquérito, de 2014, que apura a suspeita de crimes na obtenção de empréstimo junto ao Banco do Nordeste, em 2012. O presidente da instituição acaba de ser indicado por Costa Neto.

O Estadão enviou perguntas sobre os casos à direção nacional do PL e à Presidência da República, mas não recebeu respostas até a conclusão desta edição.

"O que eu tinha foi extinto ou por prescrição ou por julgamento. Minha vida zerou e fui para a eleição "zeradinho da Silva"." Fernando Giacobbo Deputado e presidente do PL no Paraná

"No entender da defesa, a acusação é falsa, lastrada em delação igualmente falsa." Leonardo Almeida advogado do deputado João Maia, alvo de denúncias de desvios de obras de rodovias, e presidente da sigla no RN

Para entender

Filiação do presidente dá protagonismo ao partido

Centrão Em novembro, o presidente Jair Bolsonaro selou sua volta ao Centrão ao se filiar ao Partido Liberal (PL). Foi a oitava troca de partido feita por Bolsonaro desde o início de sua carreira política.

Impacto Quatro ministros de Jair Bolsonaro devem disputar a eleição pelo partido, entre eles Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, pré-candidato ao governo do Rio Grande do Norte. Filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, deixou o Patriota e se filiou ao PL.

Bancada Até o momento da filiação do presidente Bolsonaro, em novembro, o PL tinha 43 deputados na Câmara, além de 4 senadores. A sigla esperava filiar mais 25 deputados até o final da janela partidária, em abril. Outros parlamentares, porém, devem deixar o partido.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Um Brasil cada vez mais pobre (Editorial)

O Brasil ficou mais pobre. Os números confirmam o que salta aos olhos nas ruas dos grandes centros urbanos de todo o país, com o aumento expressivo de pessoas em situação de rua. Entre 2012 e 2022, o número de domicílios brasileiros na faixa de renda das classes D e E (renda mensal de até R\$ 2.800) passou de 48,7% no início do período para 51% agora, conforme levantamento da consultoria Tendências.

Considerando um total de 74 milhões de domicílios, isso significa que 1,7 milhão deles tiveram redução de renda em 10 anos, período marcado pela maior recessão da história do Brasil, em 2015 e 2016, e pela pandemia de COVID-19, a partir de março de 2020 até agora. Ainda usando um cálculo estatístico de uma média de quatro moradores por domicílio, chega-se a uma população de quase 7 milhões de brasileiros que decaíram socialmente.

É uma situação totalmente diversa da vivida pelo país no início dos anos 2000, quando 29 milhões de brasileiros emergiram das classes D e E para a classe C. O avanço, registrado entre 2003 e 2009, se perdeu nos anos posteriores e hoje o país se encontra em situação dramática do ponto de vista de empobrecimento da sua população. O arrocho seria muito maior sem o auxílio emergencial, pago no início da pandemia em valores mais altos e hoje na faixa de R\$ 400, recebido por cerca de 17 milhões de famílias, que representam um contingente de 68 milhões de brasileiros.

A gigantesca mudança pode ser traduzida pela forma como o benefício é definido. No contexto de desemprego baixo e crescimento econômico, o auxílio do governo (Bolsa-Família) chegou a ser tachado de esmola e de incentivo à preguiça. Agora, é visto como urgente e necessário para evitar que o país chegue perto de um quadro de convulsão social.

Há números que reforçam a urgência com que é necessário começar a pensar em formas mais firmes e duradouras de reversão desse quadro. Hoje, há cerca de 19 milhões de brasileiros que convivem cotidianamente com a fome e existem mais de 220 mil pessoas - números de 2020 - em situação de rua no país, um total 140% maior do que o registrado em 2010.

Por trás desse enorme contingente de brasileiros em extrema pobreza estão problemas de saúde, educação, saneamento e moradia. Com uma previsão de avanço do **PIB** próxima de zero, essa conjuntura

não será alterada no curto prazo, com o risco de que se agrave ainda mais. Mas, se não há perspectiva no curto prazo, a sociedade brasileira - e aí estão empresas e organizações -, deve cobrar dos governos, em todos os níveis, medidas para barrar esse empobrecimento continuado da parcela menos favorecida da sociedade. Com tanta gente alijada do processo de crescimento econômico e social, o Brasil fica estagnado, enquanto vê outros países avançarem.

Governo e Congresso vão concentrar esforços este ano em medidas que se transformem em votos nas eleições de outubro, mas é preciso que, assim como se estabeleceu um auxílio permanente, busquem-se formas de garantir emprego e renda para essa parcela da população, sob pena de chegar a 2023 com os problemas ainda mais agravados e exigindo mais gastos orçamentários e horas de trabalho para remediar um desafio que só será resolvido se for atacado de frente e com coragem, para que toda a sociedade perceba que a redução da miséria é fator de desenvolvimento econômico.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/01/2022/p1>

Orçamento aviltado (Editorial)

O governo Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso Nacional dividem a culpa pela degradação do Orçamento federal para este 2022 -um processo que ainda está em curso.

Executivo e Legislativo se uniram para autorizar, com alterações no texto da Constituição, uma pedalada no pagamento de dívidas arbitradas pela Justiça e uma ampliação oportunista do teto de gastos inscrito na Constituição em 2016. Nos dois casos, abriram-se precedentes que certamente tentarão legislaturas e administrações futuras.

A manobra abriu caminho para a meritória, ainda que motivada por oportunismo eleitoreiro, criação do Auxílio Brasil, versão ampliada do Bolsa Família. Pela mesma porteira aberta, porém, passaram despesas descabidas.

Ampliou-se de R\$ 2 bilhões para quase R\$ 5 bilhões o fundo com dinheiro do contribuinte para o financiamento de campanhas eleitorais; as emendas apresentadas por parlamentares passaram de R\$ 33,8 bilhões, no ano anterior, para R\$ 37 bilhões; reservou-se R\$ 1,7 bilhão para um injustificável reajuste dos salários de policiais.

Como se não bastasse, os congressistas aprovaram a peça orçamentária com valores tidos como subestimados para os encargos com pessoa. Para recompor essa rubrica, o Planalto vetou R\$ 3,2 bilhões em outros gastos, dos quais R\$ 1,4 bilhão em emendas.

Os cortes parecem modestos em um Orçamento de desembolsos totais acima de R\$ 1,7 trilhão, sem contar os juros da dívida pública. Entretanto eles incidem sobre setores da máquina pública que já vêm sofrendo o pior da crise fiscal nos últimos anos -dado que as principais despesas, aposentadorias e salários, são incompressíveis.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), por exemplo, perdeu R\$ 988 milhões em despesas administrativas, agora limitadas a R\$ 1,4 bilhão. Trata-se de menos do que o órgão gastou com essa finalidade no ano passado, R\$ 1,7 bilhão.

Sempre se pode argumentar que melhorias de gestão e o avanço tecnológico são capazes de reduzir custos. Nada apaga o fato, porém, de que recursos escassos de um Orçamento deficitário estão sendo desperdiçados em um fundo eleitoral perdulário e um

reajuste salarial casuístico para a base sindical do presidente.

E, como se sabe, parlamentares querem elevar ainda mais as verbas de campanha e o funcionalismo busca ampliar o reajuste. Nada é tão ruim que não possa piorar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49802&anchor=6449039&pd=cf48c3c30b79af1db4500c3c5c19bebc>

OCDE aceita discutir adesão do Brasil



Fernanda StricklandTainá Andrade

No mesmo dia em que a Transparência Internacional lançou o ranking mundial de corrupção, em que o Brasil caiu duas posições - de 94ª para 96ª - e permaneceu com a pontuação de dois anos atrás, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aceitou iniciar as negociações para o ingresso formal do país na entidade.

"Eles reconhecem a nossa importância em todas as negociações, e eu sempre enfatizava isso: nós vamos sempre ajudar, mas queremos também a ajuda de vocês. E esse reconhecimento vem agora", ressaltou Guedes, no Palácio do Planalto, ao lado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o das Relações Exteriores, Carlos França.

"Estamos há mais de 30 anos tentando esse acesso. Mais de um terço dos requisitos legais foram preenchidos. Isso é expressivo. Nós já estávamos como uma grande potência emergente nos Brics, estávamos no G20, mas faltava essa dimensão, que estávamos perseguindo há muito tempo", afirmou o ministro da Economia. As negociações para o efetivo ingresso do país na organização, no entanto, devem durar alguns anos, segundo analistas.

A solicitação de entrada na entidade aconteceu em 2017, no governo de Michel **Temer**. Para ingressar na OCDE é exigido o alinhamento a 215 instrumentos de governança e o Brasil já atendeu a 103, apenas 37 no governo Bolsonaro.

De acordo com Richard Back, analista político da XP

Investimentos, governos de esquerda não são propensos a entrar na OCDE, preferindo fazer parte de outras entidades, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). "O governo de antes não queria e não fazia questão. Os governos que queriam se adaptaram e fizeram o lobby. O Brasil teve outros ganhos em relação à pauta econômica, teve uma presidência dentro da OMC, por exemplo. Preferia trabalhar para outras organizações. A continuidade na negociação veio da continuação do Marcelo Guarany (secretário executivo da Economia) no governo", analisou.

Reformas

Ao anunciar o início das negociações, Guedes se comprometeu com a redução gradual da tributação do Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre fluxos internacionais. "Mande uma carta à OCDE na semana passada, dizendo que cumprimos os últimos dois requisitos - econômicos - que faltavam. Eram a Lei Cambial, que o Congresso aprovou no ano passado, e a **Receita Federal** se comprometendo a reduzir o IOF sobre as operações financeiras", disse.

A advogada Anna Bastos, especialista e mestranda em direito e políticas públicas, observa que o país tem uma participação ativa na instituição como não membro, e desde 2017 pleiteia a sua inclusão efetiva. "O país é visto como um ator importante na economia globalizada e desempenha papel importante nas discussões sobre grandes temas internacionais, porém ainda precisa se adequar a alguns instrumentos legais da OCDE", pontuou.

De acordo com Bastos, para que o Brasil seja aceito como membro da OCDE deve haver, além do atendimento a instrumentos legais, um alinhamento de posições sobre os grandes temas internacionais. "Como exemplo, podemos citar a adoção de políticas ambientais mais rígidas com controle efetivo dos impactos causados ao meio ambiente e a consequente mitigação desses, e as questões tributárias, como a simplificação do sistema de cobrança de **impostos**. Além da estruturação e manutenção de instituições fortes e independentes capazes de investigar, julgar e punir de forma autônoma crimes de corrupção", explicou.

A Transparência Internacional mostrou que dentre os 126 países analisados quanto ao nível de corrupção, a pontuação do Brasil no tema é de 38, abaixo do G20 (média de 44) e de localidades da América Latina e

Caribe (média de 41). Uma das principais justificativas para o resultado foi a postura do governo Bolsonaro.

"O Brasil passa por um processo de desmanche dos marcos legais e institucionais, que são leis que o país levou décadas para estabelecer", detalhou Bruno Brandão, diretor executivo do Transparência Internacional Brasil.

Para Brandão, o anúncio foi um gesto político e pragmático da OCDE. "O processo real de adesão é muito mais criterioso, e a conduta do governo afasta qualquer aprovação. A falta de proteção ao meio ambiente, dos direitos humanos afronta todos os valores e princípios da carta de adesão da entidade", disparou.

Selo de qualidade

Fundada em 1961, a OCDE é um fórum de países para a discussão de políticas públicas, com o objetivo de estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Os 38 membros atuais da organização se comprometem com práticas e valores como a democracia, a economia de mercado, o estado de direito, a promoção dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, entre outros. A maioria dos países tem Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) elevado. Por isso, a entidade é também conhecida como o "clube dos ricos". Eles respondem por mais de 60% do **PIB** e por 80% do comércio e investimentos mundiais. Diferentemente do FMI e da OMC, a OCDE não empresta dinheiro nem arbitra disputas comerciais. Integrar a organização, porém, significa receber um "selo de qualidade" que favorece o ambiente de negócios.

Arrecadação federal é a maior desde 1995

Fernanda Strickland

A arrecadação total de **tributos** do governo federal chegou a R\$ 1,88 trilhão em 2021, o melhor resultado anual desde 1995, segundo dados divulgados ontem pela **Receita Federal**. Na comparação com 2020, ano que ficou marcado pelo começo da pandemia de covid-19 e seus efeitos recessivos na economia. O volume de recolhimentos teve crescimento real (já descontada a **inflação** do período) de 17,3%. Só em dezembro do ano passado, foram arrecadados R\$ 193,90 bilhões - crescimento real de 10,76% em relação ao mesmo mês de 2020.

Segundo a Receita, o bom resultado do ano passado pode ser explicado, principalmente por fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas. Em conjunto, a arrecadação desses dois **tributos** alcançou 393,1 bilhões em 2021, uma alta de 31,1% em relação a 2020. Outro tributo que ajudou a turbinar a receita do governo federal foi o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que totalizou R\$ 50,8 bilhões, uma alta de 106,3% na comparação com o valor recolhido no ano anterior. Em coletiva de imprensa virtual, ontem, para comentar os dados, o secretário especial da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira Gomes, afirmou que o aumento da arrecadação em 2021 foi "muito expressivo, considerando que ainda atravessamos período de pandemia".

Recuperação O secretário da Receita destacou que o primeiro fator a explicar esse resultado foi a recuperação econômica. Segundo ele, dados referentes a janeiro deste ano indicam "que a retomada econômica vai aumentar". Ele ainda disse que "empresas tiveram lucratividade crescente em 2021", com a arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) crescendo 31% no ano passado.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, detalhou que houve uma alta expressiva na arrecadação dos setores de metalurgia e extração de minerais. O economista Frederico Gomes, do Ibmeq, afirmou que a **Receita Federal** atualiza os números de arrecadação pelo IPCA. "Porém tem muitos **tributos** que acabam acompanhando mais índices de preços ao produtor como o IGP-M, cuja variação tem sido bem maior do que a do IPCA. Então, isso acaba

ajudando a receita tributária", afirmou.

Para o economista, a **inflação** no ano passado e outras questões conjunturais, como a alta no preço das commodities parecem ter ajudado bastante a arrecadação. Ele advertiu, contudo, que os bons números da receita tributária podem não se repetir. "Esses recordes sucessivos de arrecadação que a gente viu ao longo de 2021 não seriam, para muita gente, uma melhora estrutural da arrecadação, mas, sim, uma melhora conjuntural ajudada, principalmente pelo efeito da **inflação**", completou. Bernardo Motta, pesquisador da Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), faz análise semelhante. Ele afirmou que o resultado foi muito bom. "Foi acima das expectativas iniciais. Ninguém, no início do ano, esperava um resultado desse porte para 2021", apontou.

"Teve, também, uma série de recolhimentos atípicos especificamente dentro do da arrecadação, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Esse foi o tributo que teve um desempenho maior neste ano, então houve uma série de fatores conjunturais que acabaram levando a esse crescimento", avaliou. "Porém não dá para projetar que esse ano vai ter o desempenho igual, ou no mesmo nível", completou Motta.

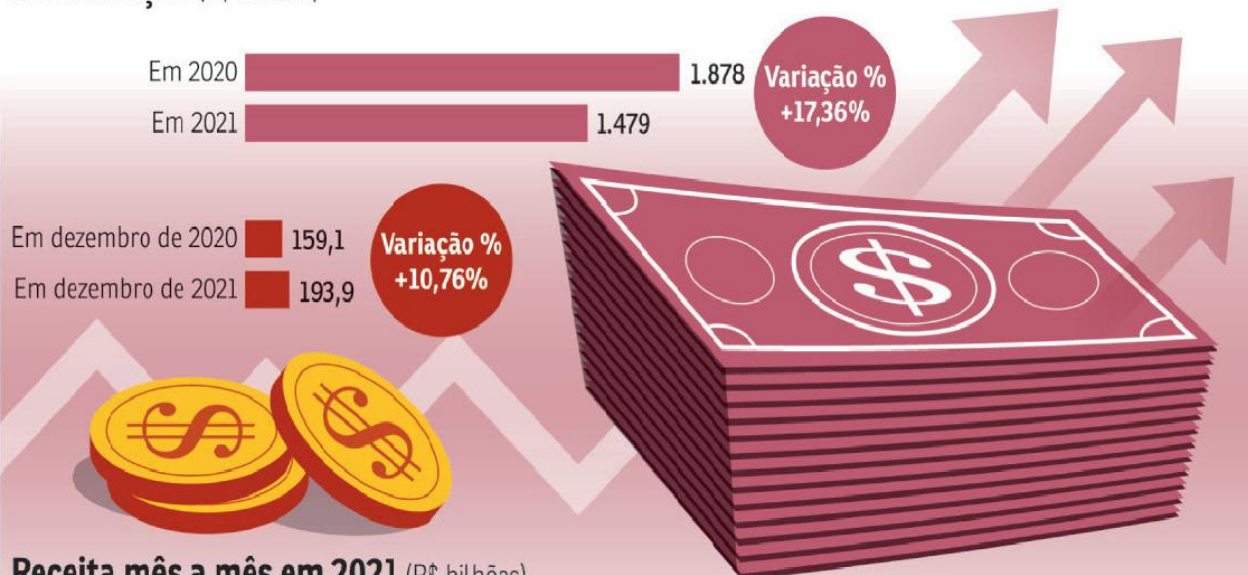
Segundo os economistas, o ritmo mais fraco da atividade econômica esperado para este ano não deve permitir que a arrecadação tributária continue no mesmo ritmo de acordo com as previsões mais recentes de analistas do mercado financeiro, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deve ser de apenas 0,29% em 2022, em comparação com um avanço da ordem de 4% no ano passado.

Desonerações As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 93,746 bilhões em 2021, valor menor do que em 2020, quando ficaram em R\$ 101,741 bilhões. Apenas no mês de dezembro, as desonerações totalizaram R\$ 9,470 bilhões, acima do registrado no mesmo mês de 2020 (R\$ 8,780 bilhões).

Cofre cheio

Melhoria da atividade, receitas extraordinárias e inflação turbinam recolhimento de tributos federais

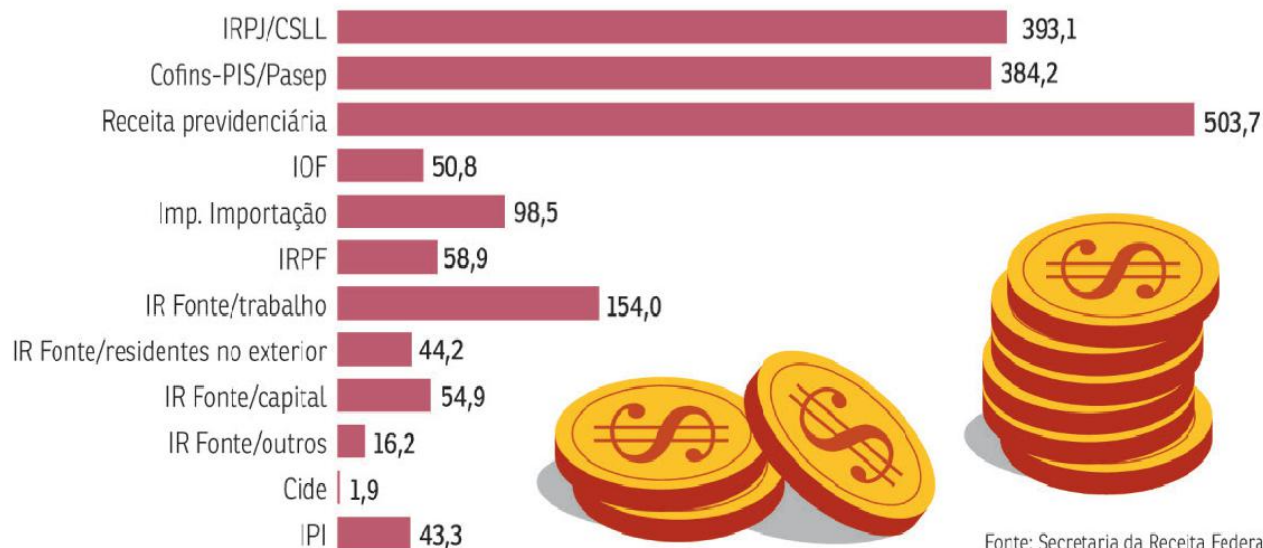
Arrecadação (R\$ bilhões)



Receita mês a mês em 2021 (R\$ bilhões)



Arrecadação por tributo em 2021 (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria da Receita Federal

Três partidos do centrão controlam R\$ 150 bilhões



Plenário da Câmara dos Deputados: base do governo Jair Bolsonaro ficou com as maiores fatias do Orçamento da União para este ano

Ingrid Soares e Taísa Medeiros

Reconhecido por não ter amarras ideológicas e transitar entre diferentes núcleos, o Centrão foi o maior beneficiado pelo Orçamento da União sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). As siglas PP, PL e Republicanos controlarão mais de R\$ 149,6 bilhões do governo Bolsonaro, o que deixa o chefe do Executivo entregue nas mãos do grupo. O montante é maior que o orçamento estimado para 2022 dos ministérios da Defesa (R\$ 116,3 bilhões) e da Educação (R\$ 137 bilhões).

A peça orçamentária tem diversas peculiaridades, a começar por destinar, pela primeira vez, tamanha quantidade de recursos apenas a três partidos. O economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF) Guidborgongne Nunes a define como "irracional, desintegrada e desorganizada". "Prevaleceram lógicas particulares diante do interesse público, cortaram-se recursos do **INSS** e da educação para garantir emendas particulares, e um orçamento federal neste contexto não está vinculado a políticas de desenvolvimento", explica. O economista ainda criticou a falta de rigor da peça. "É uma irracionalidade orçar R\$ 140 bilhões com base em emendas parlamentares."

Tal destinação demonstra a liderança do bloco no governo, na visão do cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice. Ele corrobora que, independentemente da posição de Bolsonaro nas pesquisas, os partidos tendem a apoiar o governo até o final da gestão. "O Centrão, qualquer que seja o governo, é muito importante para a governabilidade, para construir maioria sólida. O presidente precisa fazer esse tipo de acordo, abrindo caminho para esses partidos no governo federal", completou, emendando

que qualquer que seja o presidente, as siglas serão convidadas a compor o governo.

O interesse do Centrão por cargos no Executivo é concreto. Para o professor de ciências políticas do Ibmec Brasília Rodolfo Tamanaha, Bolsonaro, que estava reticente em contar com o grupo em um primeiro momento, hoje fornece abertura, e até mesmo privilégios. "Por outro lado, o Centrão é reconhecido como um conjunto de partidos que não é muito fiel. Exatamente porque não existe uma adesão ideológica, o ponto de vista deles é muito mais pragmático", explicou. Por isso, Tamanaha acredita que, caso chegue o período eleitoral e Bolsonaro corra o risco de não ser reeleito, é provável que haja dispersão.

O cientista político André Rosa também acredita na mudança de lado. Rosa destacou que o apoio de partidos ao governo segue critérios como cargos no primeiro e segundo escalões, maior controle do Orçamento e provento de maiores vultos fiscais referentes às emendas parlamentares, que são consideradas primordiais para a resposta aos eleitores, uma vez que viabilizam políticas públicas.

"O controle maior do Orçamento é diamante raro para os congressistas e é neste ponto que o governo precisa estabelecer esses acordos; caso contrário, a agenda sofre sérios riscos de não ser encaminhada, pois o Centrão domina o espectro político", avaliou.

O analista político do portal Inteligência Política Melillo Dinis analisa que tamanho apetite do Centrão por fatias do Orçamento se deve a três movimentos: a captura dos recursos públicos por interesses privados carimbados como articulação política; a submissão de Bolsonaro, que entregou a maior parte do controle orçamentário nas mãos do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira e do presidente da Câmara, Arthur Lira, e à falta de compromissos com a transparência no uso do dinheiro público.

BLINDAGEM NO CONGRESSO

Ricardo Ismael, cientista político e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), observa que a aproximação inicial do presidente ao bloco foi estratégica e visou evitar o andamento de processos de impeachment. "O bloco percebeu a fragilidade do presidente e tem colocado

as cartas na mesa exigindo cada vez mais recursos, fundamentais nesse processo de reeleição de deputados federais, senadores. O Orçamento reflete esse poder, que é consequência dessa procura por blindagem no Congresso. Nesse aspecto, o presidente foi bem-sucedido na intenção de evitar um impeachment".

Para ele, com a execução das emendas e afiliados do Centrão ocupando cargos estratégicos, o afastamento de Bolsonaro, caso ele continue em baixa nas pesquisas, deverá ocorrer no início de outubro. "O Centrão não tem vocação de pular no abismo com Bolsonaro. O presidente pode ser ainda competitivo no segundo turno, mas lá chegando tem poucas chances se mantiver as condições atuais. O Centrão vai seguir sua tradição. Vai sugar o máximo possível de recursos do governo e mais pra frente vai decidir qual é a candidatura mais competitiva no primeiro turno".

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/01/2022/p1>

Servidores pedem veto ao corte de R\$ 1 bi no INSS

**FERNANDA TRISOTTO, BRUNO GÓES, CAMILA ZARUR
E MARTHA IMENES economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte é abandono de política educacional, dizem especialistas

***Marsílea Combata, Gabriel Vasconcelos e Marcelo
Ribeiro De São Paulo, do Rio e de Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124

Orçamento tem a cara antissocial do governo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124

INSS: Com reajuste de aposentadorias, contribuição de quem está na ativa muda. Veja quanto será seu desconto

O Globo, com g1

RIO - O reajuste da aposentadoria do **INSS**, que começou a ser paga nesta terça-feira, também afeta quem está na ativa, uma vez que os trabalhadores com carteira assinada contribuem todo mês para a Previdência.

O valor do benefício foi reajustado em 10,16% para quem recebe mais que um salário mínimo nacional e em 10,18% para quem ganha o piso.

Com isso, os intervalos de renda da nova tabela de recolhimento de contribuição para trabalhadores avulsos, empregados com carteira e domésticos passa a ser a seguinte:

7,5% para até um salário mínimo (R\$ 1.212)

9% para quem ganha entre R\$ 1.212,01 e R\$ 2.427,35

12% para quem ganha entre R\$ 2.427,36 e R\$ 3.641,03

14% para quem ganha entre R\$ 3.641,04 e R\$ 7.087,22

O novo desconto no contracheque começa em fevereiro, quando é feito o pagamento relativo ao mês de janeiro.

Desde a Reforma da Previdência, sancionada em 2019, as taxas passaram a ser cobradas progressivamente, ou seja, cobradas sobre a parcela do salário que se insere em cada faixa de renda.

Na prática, o percentual descontado do contracheque dos funcionários é menor que o previsto na tabela. Uma pessoa que ganha R\$ 2 mil por exemplo contribui com 7,5% até R\$ 1.212 e tem a alíquota de 9% aplicada apenas ao restante do salário.

Entenda os novos valores

Como o teto vai aumentar, o valor absoluto descontado por quem ganha o teto ou mais também vai subir. Isso acontece porque uma parte do salário

que não era tributada antes passa a ser incorporada ao montante em que incidirá a maior alíquota.

Antes, ela incidia até R\$ 6.433,57. Agora sobe para R\$ 7.087,22, o novo teto. A diferença entre esses dois valores antes estava fora da tributação do **INSS**.

Nas demais faixas, porém, o montante abatido será um pouco menor, pois ele é escalonado. Isso acontece porque os limites de cada faixa foram reajustados. Assim, as menores alíquotas vão incidir sobre uma parcela maior do salário.

Por exemplo, se um trabalhador ganha R\$ 1.500, ele vai pagar 7,5% sobre o valor do salário mínimo (R\$ 90,90) e 9% sobre os R\$ 288 restantes (R\$ 25,92).

Com isso, o total descontado do salário será de R\$ 116,82 ao mês. Para quem ganha R\$ 2 mil, o total por mês chega a R\$ 161,82 e, na faixa de R\$ 4,5 mil, fica em R\$ 466,18.

Os valores eram um pouco maiores em 2021 para as faixas de renda, de R\$ 118,50, R\$ 163,50 e R\$ 481,29, respectivamente.

Por outro lado, funcionários que recebem o teto começam a pagar mais em 2022, devido à correção do valor.

Em 2021, quem ganhasse R\$ 7.087,22 contribuiria mensalmente com R\$ 751,99 ao **INSS**. Neste ano, o valor subiu para R\$ 828,39.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/inss-com-reajuste-de-aposentadorias-contribuicao-de-quem-esta-na-ativa-muda-veja-quanto-sera-seu-desconto-25366538>

'Teto de gastos não funcionou como âncora fiscal'



VINICIUS NEDER

A pandemia encontrou a economia brasileira presa em mais um ciclo de crise fiscal e estagnação, que só será superado com um programa de ajuste nas contas do governo, incluindo aumento de **impostos**. A ideia, do economista Fernando de Holanda Barbosa, doutor pela Universidade de Chicago e professor da EPGE, a escola de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio, está no livro *O Flagelo da Economia de Privilégios* (FGV Editora).

A obra, que será lançada em evento online amanhã descreve esse ciclo vicioso: a cada crise fiscal, que causa longa estagnação ou recessões, reformas levam a um período crescimento econômico - o que permitiu avanços, mas não de forma contínua.

Para Barbosa, o ciclo vicioso é explicado pela cultura nacional, que favorece um "jogo não cooperativo" entre os grupos da sociedade na disputa pelos recursos públicos. A disputa leva ao desequilíbrio nas contas do governo. Apesar da constatação, o economista é otimista de que a classe política encontrará uma saída para fazer novos ajustes e retomar o crescimento.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Um estudo recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que o brasileiro confia pouco nos outros, o que ajudaria a frear o desenvolvimento econômico. Essa desconfiança tem a ver com o "jogo não cooperativo" de que trata o livro?

A cultura leva as pessoas a acreditarem que os outros

não estão de boa-fé. Possivelmente, foi isso de que o BID tratou, mas a minha questão é mais abrangente. A cultura brasileira, e a maneira como nós brasileiros tratamos a coisa pública, o Estado, é o fundamental nesse ciclo de crescimento-crise- estagnação.

Como se dá esse ciclo?

O ponto central do meu livro é que a cultura brasileira, com essa atitude que muitos brasileiros têm, de tratar a coisa pública como privada, cria uma "economia de privilégios". Essa economia de privilégios tem como objetivo se beneficiar e se apropriar de recursos públicos. Isso leva a crises fiscais.

Nas crises, o dinheiro do Estado não dá nem sequer para pagar as contas, e os grandes ajustes se dão sobre os investimentos (públicos). Quando o investimento público praticamente desaparece, obviamente, vem a estagnação.

O problema de repete?

Esse ciclo de crescimento-crise fiscal-estagnação é recorrente.

A questão fundamental é a nossa tradição ibérica, patrimonialista, em que as pessoas aprenderam a se apropriar de recursos públicos das maneiras mais diversas. Isso abrange empresários, com renúncias fiscais, trabalhadores, que às vezes não pagam Imposto de Renda como deveriam, funcionários públicos, que ganham acima do mercado. Isso tudo faz com que os privilégios sejam grandes. Entre os trabalhadores, temos os formais e informais.

Metade dos trabalhadores brasileiros é informal. Esses não têm os privilégios das regras que os protegem. Precisamos mudar isso, para termos um País em que as regras sejam universais, se apliquem a todos, e blindar o Estado.

Como a economia brasileira cresceu no século 20, apesar desse ciclo vicioso?

Temos alguns períodos em que determinadas reformas são aplicadas, e o motor do crescimento funciona. Mas, ao longo do processo de crescimento, voltam os mecanismos da economia de privilégios.

A crise atual é pior do que nas ocasiões anteriores?

Não. A sociedade brasileira é muito lenta para resolver esses problemas. Tivemos uma crise fiscal que começa no início da década de 1980 e levamos 15 anos para resolver. Tivemos vários planos de estabilização que foram um fracasso.

Esta crise fiscal (atual) começou em 2014. Estamos em 2022, oito anos se passaram, e não conseguimos resolver. O processo político brasileiro é lento, mas está levando tanto tempo quanto levamos na década de 1980. Perdemos a década de 1980 e, daqui a pouco, vamos perder outra década.

Os interesses da economia de privilégios são muito grandes e bloqueiam as soluções.

Qual a saída?

Em todas as vezes que tivemos crises fiscais, houve aumento da carga tributária. Muitos grupos da sociedade são contra o aumento, mas é impossível resolver essa crise fiscal sem que haja um programa de consolidação.

No curto prazo, vai ter aumento de carga tributária, seja reduzindo a renúncia tributária, que o governo dá às empresas, seja aumentando impostos para grupos e classes que pagam menos do que deveriam.

Aí, entendemos a dificuldade de resolver o problema: alguém tem que pagar a conta.

O governo do presidente Jair Bolsonaro errou ao não fazer isso logo?

O governo Bolsonaro, obviamente, errou no primeiro ano ao não fazer tratamento de choque para cuidar da crise fiscal.

No segundo ano, apareceu a pandemia e aí acabou o governo.

Tinha que atacar o problema e transformar o déficit primário (o saldo negativo entre despesas e receitas do governo, sem levar em conta as despesas com juros da dívida pública) em superávit.

Isso requer um ajuste nas contas de cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O que o (ministro da Economia) Paulo Guedes deveria ter feito no primeiro ano do governo é uma consolidação fiscal com aumento de impostos, mas tanto o Guedes quanto o Bolsonaro são contra o aumento de impostos.

É mais ou menos como alguém que tem que resolver um problema, mas é contra a solução. Obviamente, o problema não vai ser resolvido. Não tem como fugir do aumento de impostos porque cortar os gastos no equivalente a 3% do PIB em um ano causaria uma crise social tão aguda que a sociedade não ia suportar.

É viável fazer essa consolidação fiscal num tratamento de choque?

Acredito que sim. Tivemos, no passado, e temos, atualmente, políticos experientes e hábeis, capazes de negociar. O problema é político. Precisamos de políticos que saibam negociar com todos os grupos e mostrar que esses que estão ganhando, aparentemente, também estão perdendo. O Brasil está parado, não anda. Se começar a andar, todos vão se beneficiar.

Resolver a crise atual bastaria para interromper esse ciclo vicioso?

Obviamente, temos que colocar mecanismos que impeçam que a experiência se repita. A Lei de Responsabilidade Fiscal não foi capaz de deter a marcha da economia de privilégios.

Temos que colocar no lugar outro mecanismo, que seja mais duro e mais pesado.

Possivelmente, temos que colocar não o teto de gastos, mas o piso do superávit primário ajustado ciclicamente. Quem não cumprir, sofre impeachment e vai pra rua. O piso tem que ser estabelecido não pelo governo, o Poder Executivo ou Legislativo, mas por um organismo independente. O teto dos gastos não funcionou como âncora fiscal. Algum órgão, pode ser a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, estabelece qual o superávit primário que o Brasil precisa ter, e o governo tem que se ajustar. Isso vai impedir que tenhamos crises fiscais.

Precisamos encontrar e desenhar instituições que não permitam que o ciclo de crescimento- crise fiscal- estagnação ocorra. Outra questão a repensar é como proteger o investimento do Estado em infraestrutura, para que essa economia de privilégios não avance sobre esses recursos.

Impostos vinculados são a saída porque protegem esses recursos do uso para outras finalidades.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Expectativas tributárias em ano de eleição presidencial (Artigo)

Marco Aurélio Pitta

Uma possível **reforma tributária** relacionada ao Imposto de Renda chegou a causar um pouco de preocupação a contadores e tributaristas no segundo semestre de 2021, mas, no fim das contas, acabou travada no Senado. Ainda assim, esses profissionais não ficaram tranquilos no último mês do ano. Dois temas foram monitorados de perto: o diferencial de alíquota do ICMS (Difal) e a prorrogação da desoneração da folha de pagamento.

Enquanto a desoneração da folha foi sancionada em 31 de dezembro, o Difal ficou para depois. E isso trouxe uma insegurança jurídica enorme para as empresas. Isso porque alguns estados se anteciparam. O Paraná, por exemplo, regulamentou, ainda em dezembro, algo que ainda não tinha lei complementar federal sancionada, o que veio a ocorrer somente nos primeiros dias de 2022. Fica a dúvida quanto à eficácia da cobrança desse diferencial: já a partir de janeiro? Após 90 dias, conforme a lei complementar? 2023?. Enfim, advogados tributaristas terão bastante trabalho para trazer segurança jurídica às empresas.

Quando essas polêmicas acontecem, fica a dúvida: qual a expectativa para o ambiente tributário brasileiro em 2022, considerando a eleição presidencial?. Elenco abaixo alguns temas que profissionais de contabilidade e direito tributário precisam ficar de olho:

Teses tributárias em disputa: Existem milhares de discordâncias entre os contribuintes e o fisco, sobretudo na esfera federal. As "filhotes" da famosa "tese do século" (exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins) devem ser discutidas em 2022.

Reforma tributária baseada nas PECs: As propostas de emendas à Constituição 110/19 e 45/19 tendem, em ano de eleições, a ficar um pouco de lado. Senado e Câmara dos Deputados devem voltar a dar atenção para esse tema somente em 2023.

Consolidação do PIS e Cofins: A fusão desses dois **tributos** "gêmeos" foi proposta pelo governo federal por meio do Projeto de Lei 3.887/20 (CBS), em uma espécie de fase 1 de uma **reforma tributária**. Se não vingar via PL, acontecerá via PEC, dentro da **reforma tributária** oriunda das PECs. Mas também só deve

voltar à pauta em 2023.

Tributação de dividendos e redução do IRPJ: Para pleitear possível entrada na OCDE, o Brasil precisa alterar a forma de tributação de dividendos. A tributação deverá ser de 15% e, em contrapartida, haverá uma redução de alíquota dos atuais 25% no Imposto de Renda para as empresas. Outro tema que deve ficar para o ano que vem.

Tributação sobre pagamentos: Para fazer frente a uma possível desoneração da folha, a tributação sobre movimentações financeiras, algo próximo da antiga CPMF, pode aparecer como novidade. A tributação de novos serviços e produtos digitais está na mira.

Mudanças no Imposto de Renda Pessoa Física: O governo federal é a favor de aumentar a faixa de isenção do IRPF para cerca de R\$ 3 mil mensais. Essa questão é uma promessa de campanha do presidente. O problema é que, em ano de eleições, dificilmente deve avançar.

Revisão de incentivos fiscais: São quase R\$ 300 bilhões anuais com renúncias, como o Simples Nacional e a Lei Rouanet, por exemplo.

O ano de 2022 só está no começo e os temas tributários já assombram contadores, advogados, empresários e, por que não, todos nós, contribuintes. Ano de eleição presidencial geralmente não traz grandes mudanças tributárias, o que deve dificultar as reformas necessárias para o nosso país.

Esperamos que, se não ocorrer em 2022, que o alicerce de uma ampla **reforma tributária** seja debatido com toda a população ainda este ano.

Marco Aurélio Pitta, Coordenador e professor dos programas de MBA em contabilidade e finanças da Universidade Positivo

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/01/2022/p1>

Secretário de Guedes reconhece desafios ambiental e tributário para entrar na OCDE

Por Valordiana Tomazelli, da Folhapress - Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/26/secretario-de-guedes-reconhece-desafios-ambiental-e-tributario-para-entrar-na-ocde.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/26/secretario-de-guedes-reconhece-desafios-ambiental-e-tributario-para-entrar-na-ocde.ghtml>

Bolsonaro confirma PEC dos Combustíveis



» CRISTIANE NOBERTO » RAPHAEL FELICE

Em corrida contra o tempo para as eleições, o governo tenta articular para concluir a redação de uma proposta para controlar o preço dos combustíveis. O presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou, ontem, nas redes sociais, que apresentará a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Combustíveis ao Congresso Nacional logo na volta do recesso legislativo.

Segundo o chefe do Executivo, a PEC vai autorizar o chefe do Executivo federal e os governadores a diminuir ou zera-rem **impostos** de combustíveis, de energia elétrica e gás de cozinha. Só na semana passada, o preço da gasolina subiu 0,8%, e o litro do diesel teve alta de 2,9%, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

"A PEC autoriza que o presidente da República e governadores, caso desejem, diminuam ou zerem os **impostos** dos combustíveis (diesel, gasolina e álcool), bem como da energia elétrica e gás de cozinha (este último já zerado por nós desde o início de 2021)", escreveu Bolsonaro no Twitter. O presidente já havia comentado sobre a proposta, na semana passada, em entrevista à rádio Jovem Pan, na qual afirmou que estaria próximo de apresentá-la.

Especialistas ouvidos pelo Correio entendem que congelar ou zerar **impostos** são medidas arriscadas no aspecto fiscal. Recentemente, governadores anunciaram a suspensão do congelamento do ICMS assim que a medida completar três meses. O método não foi eficaz para barrar a alta nos combustíveis.

"Zerar os **impostos** federais não vai ter grande efeito no preço para a população. A gente espera uma redução de R\$ 0,18 a R\$ 0,20 de corte. O petróleo continua subindo no mundo, e a gente continua tendo um dólar ainda forte", disse Jefferson Laatus, economista e estrategista do Grupo Laatus William Baghdassarian, professor do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (Ibmec) explicou que a medida tende a não ter eficácia. "Eu acho que é mais uma medida que não vai ser eficiente e vai ter um custo fiscal enorme. O resultado disso será ainda mais falta de credibilidade para o país e vai gerar maior percepção de risco para nossa economia no momento em que a gente não tem reserva para fazer isso", explicou.

O governo quer construir um texto viável para passar no Congresso, que já articula avançar com pautas próprias para mitigar os efeitos dos aumentos dos combustíveis. Recentemente, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), escolheu o senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a relatoria de projeto que cria um Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto.

Em 2022 alta de receita não deve se repetir, dizem economistas

EDUARDO RODRIGUES

O forte crescimento da arrecadação de **tributos** federais em 2021 foi um resultado puxado por fatores atípicos, e que não devem se repetir neste ano, segundo economistas especializados em finanças públicas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Isso confirma a perspectiva de um rombo maior nas contas públicas, sinalizado pelo governo em R\$ 79,3 bilhões para 2022, mais que o dobro dos R\$ 38,2 bilhões de resultado negativo de 2021, nas projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que a arrecadação deve perder fôlego em 2022, entre outros motivos, pela redução projetada para a **inflação** (metade da verificada em 2021) e pela redução esperada no dinamismo da atividade econômica (as projeções do **PIB** para este ano apontam para estabilidade, enquanto em 2021 a alta deve ser superior a 4%).

"Nossa expectativa é de que os preços continuem elevados por um tempo, o que deve manter a arrecadação forte no início do ano. Assim que começarem a cair, teremos algum retorno à normalidade", afirmou Sbardelotto. "A atividade econômica deve crescer muito pouco neste ano, isso se crescer, então é algo que também puxa a arrecadação para baixo", completou.

Em condições normais, observa o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, a arrecadação tende a crescer com o Produto Interno Bruto (**PIB**). Como houve no ano passado um movimento de recuperação após a recessão de 2020, esse crescimento acabou sendo mais do que proporcional por questões estatísticas. E isso turbinou a arrecadação.

RISCO DE NOVA PEC. Sbardelotto cita a ameaça da PEC dos combustíveis em estudo pelo governo às vésperas das eleições para reduzir os **tributos** cobrados sobre gasolina, diesel, gás e energia elétrica. "Ela traz uma perda muito significativa para a arrecadação, em torno de R\$ 70 bilhões, e não oferece ganho à sociedade na redução de preços. É um custo muito alto para um ganho muito pequeno. E ainda existe o risco de ser estendido por mais dois anos, o que afetaria de forma significativa a tendência

da dívida", concluiu.

Como mostrou o Estadão, o rombo gerado pela PEC pode ser maior se somado o impacto na arrecadação dos Estados, chegando a R\$ 240 bilhões.

Mesmo com a arrecadação menor, o governo deve cumprir o limite de rombo para este ano, avalia o economista da XP. A previsão oficial é de que o déficit seja de R\$ 79,4 bilhões, abaixo da meta de R\$ 170,5 bilhões.

Para o economista da Pezco Helcio Takeda, a desaceleração da **inflação** e a perda de fôlego da atividade limitam o espaço para uma melhora da arrecadação, embora ainda haja espaço para algum aumento nominal.

"Do ponto de vista real (descontada a **inflação**), com a base maior de 2021, é provável que vejamos meses com variação negativa", afirmou.

Para o economista, o crescimento da atividade econômica e a **inflação** elevada também sustentaram o resultado de dezembro (R\$ 193,9 bilhões, também recorde para o último mês do ano). Após a divulgação dos dados, Takeda revisou a sua projeção de resultado para as contas do governo no mês passado, de rombo de R\$ 3,5 bilhões para superávit de R\$ 5,5 bilhões.

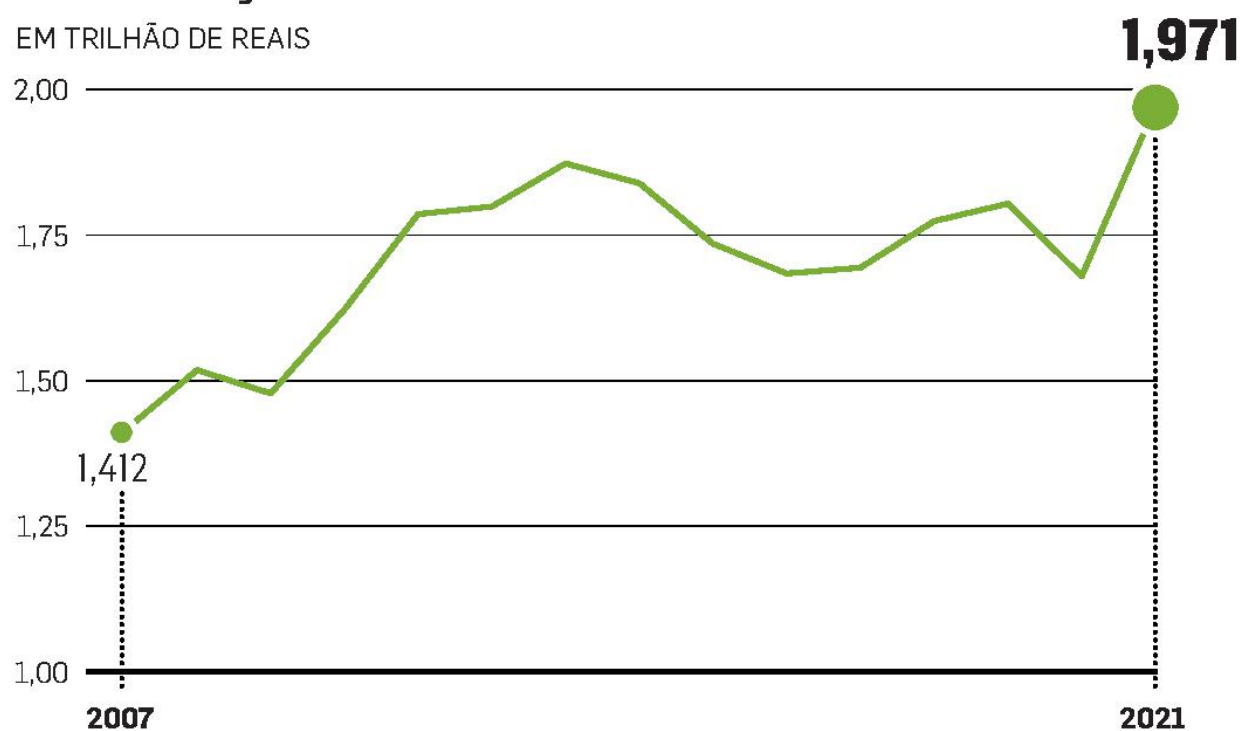
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

COFRES CHEIOS

Arrecadação federal bate recorde em 2021
e é a maior da história

Arrecadação federal

EM TRILHÃO DE REAIS



*VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA

FONTES: RECEITA FEDERAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'Vamos ter quatro modelos 100% elétricos no Brasil'



TIÃO OLIVEIRA

Ricardo Gondo gosta tanto de carro que costuma sair dirigindo sem destino nos fins de semana em companhia do filho.

O engenheiro mecânico nascido em Santo André (SP) iniciou a carreira na indústria de autopeças. Em 1996, ingressou na Renault para ser gerente de vendas. Trabalhou na Espanha e em Portugal e voltou à América do Sul em 2016 como vicepresidente de vendas e marketing para a região. O executivo, que ocupa o cargo de presidente da empresa francesa no País desde 2019, conversou com o Estadão sobre os desafios **impostos** pela pandemia e o futuro da indústria. Além disso, revelou que a marca lança hoje, no mercado brasileiro, uma versão 100% elétrica da van Master de olho no crescimento do setor de transporte de carga de última milha.

Com foi o desempenho da Renault em 2021?

Foi o primeiro ano da implantação do "Renaulution", plano estratégico global lançado pelo CEO do grupo, Luca de Meo. No Brasil, a primeira etapa, batizada de Resurrection, está em fase de conclusão com bastante sucesso. Prova disso são os lançamentos que seguem a pleno vapor. Continuamos investindo no Brasil, lançamos carros e iniciamos 2022 lançando o novo Kwid no País.

A próxima etapa, Renovation, foi apresentada em novembro, durante visita do nosso CEO ao Brasil. Agora, vamos ampliar a gama de produtos e entrar em segmentos superiores, onde ainda não atuamos. No início de 2021, anunciamos um ciclo de investimentos mais curto no Brasil, de R\$ 1,1 bilhão, que foi uma etapa importante.

No período 2020/2021, a gente estava pilotando muito de perto o caixa da empresa.

Olhando para 2022, ainda há várias incertezas em relação à covid, **inflação** e alta dos juros, que continuam altas. Então, estamos avaliando mensalmente como o mercado vai se comportar.

Outros temas que preocupam são as falhas na cadeia de suprimentos e a falta de semicondutores.

Seja como for, em 2022 vamos crescer. E a previsão é de que o mercado também cresça entre 5 e 10%.

Quando a cadeia de suprimentos será normalizada?

Ainda é bastante difícil fazer uma previsão. A visibilidade passou a ser de curto prazo. Seja como for, nosso plano de produção para novembro e dezembro foi cumprido. Temos metas para janeiro e fevereiro e precisamos cumprir os compromissos feitos com os clientes e a rede de concessionárias.

Portanto, estamos acompanhando esse processo quase diariamente. O primeiro semestre vai ser difícil. A situação só deve começar a melhorar na segunda metade do ano.

Quais são as metas da empresa para 2022 e os passos para alcançá-las?

Como parte do plano de investimentos 2021/2022, lançamos o novo Zoe 100% elétrico e o novo (SUV) Captur com motor 1.3 turbo. Em 2022, já lançamos o novo Kwid, que tem mais tecnologia e ficou mais econômico. Nesta quarta-feira, vamos lançar a nova (van) Master, que, pelo oitavo ano consecutivo, foi líder de vendas do segmento. Ela tem motor 24% mais econômico que o anterior. Além disso, a linha traz ESP, controle de tração e sistema anticapotamento. Outra novidade é a versão 100% elétrica. Vários

clientes do setor de entregas de última milha vinham pedindo esse tipo de solução. Lançamos o Kangoo elétrico no fim de 2021 e já vendemos 100 unidades. Além disso, vamos lançar os elétricos Kwid e Master no Brasil.

Assim, vamos ter quatro modelos 100% elétricos no País: Zoe, Kwid, Kangoo e Master.

Ou seja, estamos lançando aqui o conceito E-Tech, que é uma estratégia global do Grupo Renault para veículos híbridos e 100% elétricos. Na Europa, 30% das nossas vendas são de modelos E-Tech. Aliás, a Renault ingressou na mobilidade elétrica há mais de dez anos.

Temos ampla experiência na concepção, fabricação e comercialização desse tipo de veículo.

São mais de 500 mil unidades rodando no mundo. Mais do que fabricar automóveis, a Renault vai oferecer soluções de mobilidade mais "limpas".

Por isso, o grupo também criou em 2021 a Mobilize, uma divisão focada na mobilidade.

Quantos elétricos a marca terá no Brasil?

Com a Master elétrica, a Renault assume o protagonismo do setor no Brasil. Temos veículos para atender diferentes faixas do mercado. No setor de transporte de carga, onde já temos o Kangoo, passaremos a ter duas opções. Mas ainda não dá para oferecer um SUV elétrico. Seu preço ficaria muito fora da realidade do País.

O que há de novo na área de serviços de mobilidade?

Em 2021, começamos a testar um serviço de compartilhamento no Complexo Industrial Ayrton Senna, no Paraná.

Juntamos todos os carros da empresa em uma frota única.

Ela é cerca de 25% menor que o total de veículos de todas as áreas. Isso deu origem ao Mobilize Share, que funciona por meio de app. Os colaboradores podem utilizar esses carros no trabalho ou para fins pessoais sete dias por semana e 24 horas por dia. Com isso, o serviço passou a ser fonte de receita.

Inicialmente, tínhamos Kwid e Sendero. Depois, os usuários começaram a pedir modelos como Captur, Master e a (picape) Oroch. Ainda no ano passado começamos a trabalhar com algumas empresas, como a Copel. A distribuidora de energia elétrica oferece o Zoe elétrico para seus 2.500 funcionários por meio do

serviço de compartilhamento.

O que o sr. faz para convencer a matriz a investir no Brasil?

Temos de entender como o mercado vai se comportar, quais serão as demandas dos clientes de hoje e de amanhã.

Assim, podemos avaliar maneiras de construir um plano e mostrar porque precisamos produzir um determinado tipo de produto no Brasil. Depois, é preciso avaliar o retorno sobre os investimentos. O ponto complicado é que competimos com as outras filiais da Renault no mundo. Estamos discutindo agora o próximo plano. Vamos entrar em segmentos nos quais ainda não atuamos no Brasil e que têm maior valor agregado.

Mas isso vale também para segmentos onde já estamos. O novo Kwid, por exemplo, ganhou itens para ser competitivo em um segmento superior. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FMI reduz projeção do PIB do Brasil de 1,5% a 0,3%

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil para 0,3% em 2022, o que reflete as dificuldades da economia brasileira em meio à alta da **inflação** e dos juros. Na estimativa anterior, em outubro, o FMI projetava crescimento de 1,5%. O dado faz parte de um relatório do FMI publicado ontem com novas projeções de crescimento da economia mundial, que revisou a projeção de crescimento da economia mundial de 4,9% para 4,4% neste ano. O Brasil deve ter a expansão mais fraca de um grupo de 26 países, entre eles as principais economias avançadas e emergentes.

O FMI também reduziu a estimativa de crescimento do **PIB** brasileiro em 2021 de 5,2% para 4,7%. Já para 2023, prevê uma expansão de 1,6%, em vez dos 2% previstos em outubro.

Segundo o FMI, os cortes têm relação com a alta de juros para combater a **inflação**, que fechou 2021 em 10,06%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB paulista tem alta de 5,9% no ano, aponta Seade

Rafael Vazquez De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187124